

DECRETO Nº 6.263 DE 07 DE MARÇO DE 1997

(Publicado no Diário Oficial de 08 e 09/03/1997)

(Republicado no Diário Oficial de 14/03/1997)

Alterado pelos Decretos nºs 6338/97, 6405/97 e 6516/97.

O Decreto nº 6.516/97, autoriza o Secretário da Fazenda a baixar normas complementares visando o cumprimento do disposto neste Decreto, especialmente no que se refere a comprovação das condições estabelecidas no § 3º do art. 2º.

Ver Instrução Normativa nº 55/97, publicada no DOE de 06/08/97.

Este Decreto foi editado para vigorar por prazo determinado conforme previsto no seu art. 1º, inciso I.

Estabelece condições especiais para concessão de parcelamento de débitos tributários na forma que indica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Os débitos tributários para com a Fazenda Pública Estadual, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou não, poderão ser pagos em até 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas, desde que:

I - os pedidos sejam apresentados até 31 de agosto de 1997;

II - o pagamento inicial corresponda ao valor do débito atualizado na data do parcelamento, dividido pela quantidade de parcelas pretendidas;

III - o auto de infração tenha sido lavrado até 31 de janeiro de 1997; a denúncia espontânea referente a débitos apurados até 31 de janeiro de 1997, tenha sido registrada até 31 de agosto de 1997 e os débitos anteriormente parcelados tenham sido interrompidos até 31 de dezembro de 1996.

Nota: A redação atual do art. 1º foi dada pelo Decreto nº 6.516, de 07/07/97, DOE de 08/07/97, efeitos a partir de 08/07/97.

Redação anterior, dada ao inciso I do art. 1º, pelo Decreto nº 6.338, de 14/04/97, DOE de 15/04/97, efeitos de 15/04/97 a 07/07/97:

"Art. 1º Os débitos tributários para com a Fazenda Pública Estadual, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcelas mensais e sucessivas, nas condições seguintes:

I - que os pedidos sejam apresentados até 30 de junho de 1997, na forma abaixo:

a)em até 60 (sessenta) parcelas mensais, com pagamento inicial de, no mínimo, 10% do valor do débito atualizado;

b)em até 40 (quarenta) parcelas mensais, incluindo a inicial, para os pedidos registrados nos meses de março e abril de 1997 ;

c)em até 35 (trinta e cinco) parcelas mensais, incluindo a inicial, para os pedidos registrados no mês de maio de 1997;

d)em até 30 (trinta) parcelas mensais, incluindo a inicial, para os pedidos registrados no mês de

junho de 1997.

II - que o auto de infração tenha sido lavrado até 31 de janeiro de 1997; a denúncia espontânea referente a débitos apurados até 31 de janeiro de 1997, tenha sido registrada até 30 de maio de 1997 e os débitos anteriormente parcelados tenham sido interrompidos até 31 de dezembro de 1996;

III - que seja recolhido o valor correspondente à inicial, na forma do inciso I alíneas "a" a "d".

Parágrafo único. A parcela inicial referente às alíneas "b" a "d" do inciso I corresponderá ao valor do débito atualizado dividido pela quantidade de parcelas pretendida."

Redação original, efeitos até 14/04/97:

"I - que os pedidos sejam apresentados até 30 de maio de 1997, na forma abaixo:

a) em até 60 (sessenta) parcelas mensais, com pagamento inicial de, no mínimo, 10% do valor do débito atualizado;

b) em até 40 (quarenta) parcelas mensais, incluindo a inicial, para os pedidos registrados no mês de março de 1997 ;

c) em até 35 (trinta e cinco) parcelas mensais, incluindo a inicial, para os pedidos registrados no mês de abril de 1997;

d) em até 30 (trinta) parcelas mensais, incluindo a inicial, para os pedidos registrados no mês de maio de 1997".

Art. 2º Os débitos de contribuintes de que trata o Convênio ICMS 38/97, poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas na forma seguinte:

I - para cálculo do montante a ser parcelado aplicar-se-ão as modalidades abaixo:

a) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do débito a serem pagos nos primeiros vinte meses do parcelamento na forma seguinte:

1 - pagamento inicial de 10% (dez por cento) sobre o valor resultante da aplicação daquele percentual;

2 - mais 19 (dezenove) parcelas equivalentes;

b) 30% (trinta por cento) sobre o valor total do débito a serem pagos entre o vigésimo primeiro e o quadragésimo mês do parcelamento na forma seguinte:

1 - pagamento inicial de 10% (dez por cento) sobre o valor resultante da aplicação daquele percentual;

2 - mais 19 (dezenove) parcelas equivalentes;

c) 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do débito a serem pagos entre o quadragésimo primeiro e o sexagésimo mês do parcelamento na forma seguinte:

1 - pagamento inicial de 10% (dez por cento) sobre o valor resultante da aplicação daquele percentual;

2 - mais 19(dezenove) parcelas equivalentes;

II - em substituição à sistemática prevista no inciso anterior poderão ser adotada a forma seguinte:

a) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do débito a serem pagos nos primeiros vinte meses do parcelamento na forma seguinte:

1 - pagamento inicial de 10% (dez por cento) sobre o valor resultante da aplicação daquele percentual;

2 - mais 19 (dezenove) parcelas equivalentes;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do débito a serem pagos entre o vigésimo primeiro e o quadragésimo mês do parcelamento na forma seguinte:

1- pagamento inicial de 10% (dez por cento) sobre o valor resultante da aplicação daquele percentual;

2 - mais 19 (dezenove) parcelas equivalentes;

c) 60% (sessenta por cento) sobre o valor total do débito a serem pagos entre o quadragésimo primeiro e o sexagésimo mês do parcelamento na forma seguinte:

1 - pagamento inicial de 10% (dez por cento) sobre o valor resultante da aplicação daquele percentual;

2 - mais 19 (dezenove) parcelas equivalentes;

§ 1º Aplicar-se-ão as disposições deste artigo aos contribuintes que se enquadrem nas seguintes condições, desde que o pedido de parcelamento seja apresentado até 31 de agosto de 1997:

I - estiver desativada há mais de 1 (um) ano, em dificuldades financeiras;

II - estiver em estado de insolvência comprovada;

III - apresentar inexistência ou insuficiência de bens para garantir o pagamento do débito tributário.

§ 2º O pedido de parcelamento de que trata este artigo será apresentado à repartição fazendária do domicílio fiscal do contribuinte e, tratando-se de débitos inscritos na dívida ativa, à Procuradoria da Fazenda Estadual - PROFAZ, na capital, ou às suas Representações, no interior.

§ 3º A decisão do pedido de parcelamento caberá ao Diretor Geral do Departamento de Administração Tributária e, tratando-se de débitos inscritos na dívida ativa, ao Diretor da Procuradoria da Fazenda Estadual - PROFAZ

Nota: A redação atual do art. 2º foi dada pelo Decreto nº 6.516, de 07/07/97, DOE de 08/07/97, efeitos a partir de 08/07/97.

Redação anterior, dada ao art. 2º, pelo Decreto nº 6.405, de 08/05/97, DOE de 09/05/97, efeitos de 09/05/97 a 07/07/97:

"Art. 2º O valor mínimo de cada parcela, considerando o montante do débito atualizado até a data do cadastramento do pedido, corresponderá a:

I - 02 (duas) Unidades Padrão Fiscal (UPF-BA) para microempresas;

II - 05 (cinco) Unidades Padrão Fiscal (UPF-BA) para as demais empresas."

Redação original, efeitos até 08/05/97:

"Art. 2º O valor mínimo de cada parcela, considerando o montante do débito atualizado até a data do cadastramento do pedido, corresponderá a:

a) 05 (cinco) Unidades Padrão Fiscal (UPF-BA) para microempresas;

b) 10 (dez) Unidades Padrão Fiscal (UPF-BA) para as demais empresas."

Art. 3º O pedido de parcelamento deverá ser dirigido à Inspetoria Fiscal do domicílio do contribuinte e, para débitos ajuizados ou inscritos na Dívida Ativa, à Procuradoria da Fazenda Estadual-PROFAZ, na capital, ou às Representações da Procuradoria da Fazenda Estadual, no interior.

Parágrafo único. A decisão do pedido de parcelamento caberá aos titulares das unidades descritas neste artigo, no âmbito das suas respectivas competências.

Art. 4º Os processos não parcelados no período disposto no inciso I do art. 1º deste Decreto, que já tenham expirados os prazos para defesa ou recurso administrativo, serão imediatamente inscritos na dívida ativa e ajuizados.

Art. 5º Os incisos I e II do art. 106 do Decreto nº 28.596, de 30.12.81, passam a vigorar com a seguinte redação:

“ I - as parcelas serão vencíveis a cada 30 (trinta) dias, a partir da data do recolhimento da primeira parcela;

II - o contribuinte receberá, por via postal, com aviso de recebimento (AR), os Documentos de Arrecadação Estadual - DAE referentes às parcelas vincendas; “.

Art. 6º Aplicar-se-á as disposições deste Decreto aos pedidos de parcelamento registrados antes da sua vigência e que estejam pendentes de decisão.

Art. 7º Aplicam-se aos parcelamentos regulados por este Decreto, no que não contrariar as normas por ele estabelecidas, o Decreto nº 28.596, de 30.12.81 (Regulamento do Processo Administrativo Fiscal-RPAF).

Art. 8º Fica autorizado o Secretário da Fazenda a baixar normas complementares visando ao cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 07 de março de 1997.

PAULO SOUTO
Governador

Rodolpho Tourinho Neto
Secretário da Fazenda